

Entre inexistências e visibilidades: a agência sociopolítica de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil (1979-2020)

Maria Clara Araújo dos Passos¹
Carla Cristina Garcia²

Resumo: O presente artigo reflete sobre as disputas sociopolíticas realizadas por travestis e mulheres transexuais negras no Brasil, correspondendo ao período de 1979 a 2020. Embora o Brasil seja o país líder em assassinatos de pessoas trans, sendo que aproximadamente 80% desses assassinatos foram cometidos contra travestis e mulheres transexuais negras, este mesmo país presenciou no pleito legislativo de 2020 a vitória eleitoral de mais de 30 pessoas trans. Em um momento em que a América Latina presencia uma articulação neoconservadora transnacional, o desafio colocado às/aos pesquisadoras/es brasileiras/os é o de esmiuçar as trajetórias que culminam nos resultados eleitorais da população trans nas eleições de 2018 e 2020. De caráter qualitativo, este artigo foi construído através de revisão bibliográfica e análise documental. Ao identificar diferentes momentos nos quais as atrizes experimentaram formas de participação social e de engajamento sociopolítico, destacamos que essas disputas estão sendo desenvolvidas de forma contínua há mais de quatro décadas. Assim, estamos descortinando as inexistências e invisibilidades imputadas e trazendo visibilidade para os outros projetos políticos que emergem através das práticas realizadas pelas travestis e mulheres transexuais negras brasileiras.

Palavras-chave: Travestis e mulheres transexuais; Negritude; Movimentos sociais; Cidadania LGBTI+.

¹ Formada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e cursando a Especialización y Curso Internacional en Estudios Afrolatinoamericanos y Caribeños pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Brasil). Integrante do NIP: Núcleo Inanna de Pesquisa e Investigação de Teorias de Gênero, Sexualidades e Diferenças, coordenado pela Prof^a Dra. Carla Cristina Garcia (PUC-SP).

² Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Doutora pelo Instituto José Maria Mora (México, DF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP.

Ter os movimentos sociais latino-americanos como lugares de análise impõe fortes desafios às/aos pesquisadoras/es da região. As dinâmicas societárias latino-americanas, marcadas pela permanência das colonialidades (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016), por vezes ocultam a contribuição ativa desses coletivos. Frente a uma matriz moderno/colonial hoje regida pela máxima neoliberal, as atrizes e atores sociopolíticos buscam criar “novos marcos de interpretação e redefinição da realidade” (GARCIA, 2017, p. 97-98).

No ensejo de uma leitura da realidade brasileira a partir de uma *clave* afro (ANDREWS; FUENTE, 2018), Angela Figueiredo (2018) aponta como as mulheres negras organizadas em Marchas das Mulheres Negras são responsáveis pela conclamação de outros pactos civilizatórios como contraposição à colonialidade do poder. Nesse sentido, visibilizar a mobilização afro na América Latina, nos termos apresentados por Paschel (2018), desvela lutas complexas contra as políticas antinegitude instauradas na formação das sociedades da região.

Como parte fundante das colonialidades e de seu *ethos* de morte, a dimensão de gênero também deve ser discutida. Maria Lugones (2008) é enfática: a subjugação desses povos também foi/é instrumentalizada por um sistema de gênero moderno/colonial³. Então, analisando a partir da interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade (LUGONES, 2008), a experiência de travestis e mulheres transexuais negras na América Latina, e em especial no Brasil, tem sido impactada pela resistência frente a um ódio que se mostra, acima de tudo, colonial (GARCIA; SILVA; SANCHEZ, 2020).

Se, em 1591, Xica Manicongo, pessoa africana escravizada, foi denunciada à inquisição por se recusar a vestir indumentárias masculinas (JESUS, 2019), hoje

³ Para Lugones (2008), uma das feridas causadas pela colonização, e que permanece aberta, se expressa na violência de gênero direcionada às mulheres racializadas em nossos territórios. O argumento levantado pela filósofa argentina posiciona o colonialismo como responsável por introduzir as categorias modernas “homem” e “mulher” em Abya Yala, e a consequente hierarquização ocidental que pressupõem.

aproximadamente 80% dos assassinatos ocorridos contra a população trans brasileira foram cometidos contra travestis e mulheres trans negras (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Através do prisma analítico oferecido por Nelson Maldonado-Torres (2007), os genocídios vigentes no Brasil podem ser lidos como dinâmicas de guerra colonial que não cessam.

Por outro lado, nesse mesmo país, um levante crítico-reflexivo da população de travestis e transexuais está em curso. Apesar de um período no qual assistimos os desdobramentos presidenciais de um neoconservadorismo transnacional (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020), em 2018 a população trans brasileira comemorou a vitória eleitoral de três travestis negras: Erica Malunginho, que foi nominalmente eleita como deputada do estado de São Paulo, Erika Hilton, eleita como co-deputada também do estado de São Paulo e Robeyoncé Lima, eleita co-deputada do estado de Pernambuco.

Cabe ressaltar que, após o feminicídio político (SOUZA, 2020) ocorrido contra a vereadora Marielle Franco, houve um aumento exponencial de mulheres negras, cisgêneras e transexuais, concorrendo e sendo eleitas para cargos proporcionais nos pleitos seguintes a março de 2018. Nas palavras de Vilma Reis (2021), socióloga e uma das lideranças do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, a maior resposta que as mulheres negras poderiam dar diante do assassinato de Marielle é eleger outras mulheres negras. Esse investimento político das mulheres negras brasileiras, nas palavras de Reis, não apenas pretende expor a sub-representação institucional vivida pela população feminina negra, como também critica o fato dos partidos tradicionais de esquerda estarem sob o controle de homens, brancos e oriundos das classes dominantes.

Em diálogo com as sociologias das ausências e emergências de Boaventura de Sousa Santos (2002), apontamos aqui como a população de travestis e mulheres transexuais, sobretudo negras, foram outrora “não vistas” nas arenas políticas em decorrência de inexistências produzidas. Conquanto, nos últimos pleitos eleitorais no

Brasil (2018 e 2020), essas mesmas atrizes emergiram através de suas campanhas e vitórias eleitorais e anunciaram tendências de futuro: a possibilidade de apresentar outras gramáticas e outros projetos políticos para as sociedades marcadas pelas colonialidades.

Frente a essa insurgência latino-americana situada desde o Brasil, o presente artigo reflete sobre as disputas sociopolíticas realizadas por travestis e mulheres transexuais negras no Brasil, correspondendo ao período de 1979 a 2020. Embora o Brasil seja o país líder em assassinatos de pessoas trans, sendo que aproximadamente 80% desses assassinatos foram cometidos contra travestis e mulheres transexuais negras, este mesmo país presenciou no pleito legislativo de 2020 a vitória eleitoral de mais de 30 pessoas trans. Em um momento em que a América Latina presencia uma articulação neoconservadora transnacional, o desafio colocado às/aos pesquisadoras/es brasileiras/os é o de esmiuçar as trajetórias que culminam nos resultados eleitorais da população trans nas eleições de 2018 e 2020. De caráter qualitativo, este artigo foi construído através de revisão bibliográfica e análise documental. Ao identificar diferentes momentos nos quais as atrizes experimentaram formas de participação social e de engajamento sociopolítico, destacamos que essas disputas estão sendo desenvolvidas de forma contínua há mais de quatro décadas. Assim, estamos descortinando as inexistências e invisibilidades imputadas e trazendo visibilidade para os outros projetos políticos que emergem através das práticas realizadas pelas travestis e mulheres transexuais negras brasileiras.

Desafiando inexistências

A literatura acadêmica sobre movimentos sociais na América Latina é rica e vem sendo desenvolvida por diferentes pesquisadoras/es da região⁴. Especialmente no Brasil,

⁴ Ver Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006).

podemos destacar o avanço desta literatura sociológica a partir das décadas de 1980 e 1990. Enquanto os trabalhos investigativos realizados na década de 1980 estavam interessados nos movimentos populares em oposição à ditadura civil-militar brasileira, os trabalhos produzidos na década de 1990 buscaram analisar como a cidadania se definiu como problema teórico, histórico e político (TELLES, 2004).

No que tange ao período da ditadura civil-militar brasileira, embora o autoritarismo instrumentalizado naquele momento tenha defendido uma política sexual conservadora (QUINALHA, 2017), foi justamente nesse período, entre 1964 e 1985, que as primeiras ações coletivas de gays e lésbicas surgiram na arena política brasileira e introduziram novas/os atrizes e atores. Iniciativas jornalísticas, como *Lampião da Esquina* e *Chana com Chana*, serviram como instrumento de propagação de narrativas dissidentes em um momento regido pelo slogan dos bons costumes e contrário às transgressões (RODRIGUES, 2010).

Movimentos sociais heterogêneos foram se constituindo diante da ditadura civil-militar brasileira. Ainda que diferentes em suas agendas prioritárias, alguns desses movimentos chegaram a realizar ações conjuntas, amalgamando estrategicamente suas lutas políticas em contraste à ditadura civil-militar. Destaca-se o emblemático debate realizado na Universidade de São Paulo em 1979, por convite do Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais. De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 161) o grupo pioneiro *Somos* compartilhou a discussão sobre movimentos sociais e emancipação na USP com outros atores coletivos, como os “movimentos negros, feminista e indigenista”. Hoje, essa discussão pública realizada em 1979 poderia ser analisada a partir conceito de interseccionalidade, oriundo do pensamento feminista negro (CRENSHAW, 1990; AKOTIRENE, 2018; COLLINS; BILGE, 2021).

Existem iniciativas inovadoras do ponto de vista da organização política, como, por exemplo, a Frente Negra Brasileira (1931-1937) (GURIDY; HOOKER, 2018), que evidenciam as disputas historicamente realizadas no Brasil frente à permanência das

dinâmicas moderno/coloniais de poder, de saber e de ser. Em todo caso, é apenas durante a ditadura civil-militar que o Movimento Negro Unificado (MNU) também nasce e se estabelece.

Lélia Gonzalez (2020) e Tianna Paschel (2018) nos lembram que o assassinato de Robson Silveira da Luz, um operário negro acusado indevidamente por um crime, e a exclusão sofrida por quatro jovens negros por parte de um clube paulista foram decisivos para a realização do histórico ato público em 1978 nas escadas do Teatro Municipal de São Paulo. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 116), o ato de 1978 “se tornou o elo entre o protesto e a necessidade de organização política”.

Violências de ordem racial, de gênero e sexualidade cometidas pelo regime foram denunciadas por diferentes atrizes e atores organizadas/os em movimentos e posteriormente discutidas por pesquisadoras/es. No entanto, é constatável uma subteorização a respeito das resistências individuais e coletivas das travestis frente às práticas violentas às quais eram submetidas. Essa lacuna, proposital ou não, deixou de captar como essas atrizes criaram rotas de fuga perante as tentativas de escamotear ou mesmo de exterminar suas existências. O texto de Ana Flor Fernandes Rodrigues (2019) sobre as violências perpetradas pela polícia de São Paulo problematiza o modelo de corpo imputado pela ditadura. Segundo Rodrigues (2019), havia não somente o desejo de ditar o funcionamento da sociedade brasileira, como também um forte interesse de perseguir quaisquer transgressões que atentassem ao que eles [militares] haviam elencado como “de bons costumes” (sic).

Em grandes capitais e seus centros urbanos, como São Paulo (SP) e Vitória (ES), a polícia civil se incumbiu de prender arbitrariamente travestis que transitavam pelas ruas, ainda que elas não estivessem exercendo trabalho sexual. O historiador Rafael Ocanha (2016) nos contextualiza sobre a Portaria 390/76 da Delegacia Seccional Centro (SP), que autorizou a criação de uma base de dados para aferir o nível de criminalidade das travestis detidas. Ainda segundo Ocanha (2016, p. 2), o trabalho

realizado pelo Delegado Guido Fonseca se inscreve no esforço da Polícia Civil paulistana em “estigmatizar o (sic) travesti como sinônimo de prostituição passível de ser combatida como vadiagem”.

Segundo o recente resumo histórico do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil escrito por Jovanna “Baby” Cardoso da Silva (2021)⁵, a contravenção penal de vadiagem foi constantemente acionada contra as travestis naquele período. Acrescido o fator racial, a somatória da transfobia com o racismo se materializou nas prisões arbitrárias durante a ditadura civil-militar e após ela. Enquadrar pessoas negras na lei de vadiagem se conecta com a história do Brasil pós-abolição. Afinal, como apontado por Marina Carvalho (2006), havia discursos durante o regime colonial sobre a ociosidade do escravizado após se tornar livre.

Jovanna Silva (2021) nos relata que em Vitória, capital do estado do Espírito Santo, a polícia realizou, em 1979, a “Operação Pente Fino”, responsável por deter arbitrariamente todas as travestis que transitavam no centro da cidade. Contrária a essa medida, Jovanna Silva teve sua primeira experiência de organização sociopolítica ao integrar um coletivo de trabalhadoras sexuais que desejavam questionar publicamente as justificativas que sustentavam tais ações.

Analisando o relato de Jovanna sobre a sua experiência durante a criação da “Associação Damas da Noite” (SILVA, 2021, p. 19) em 1979, é possível afirmar que foi através dessas aprendizagens político-pedagógicas construídas em Vitória que a futura fundadora do Movimento de Travestis no Brasil reconheceu o valor simbólico de organizar sua população em torno de seus interesses coletivos.

Embora a promulgação da Constituição Federal de 1988 represente para muitos a concretização de um Brasil redemocratizado, as violências contra as travestis

⁵ Atualmente, Jovanna “Baby” Cardoso da Silva é presidenta do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), uma importante organização trans que realiza debates e ações interseccionando os marcadores de raça e gênero/identidade de gênero. Em uma oportunidade futura, esperamos abordar o FONATRANS com maior profundidade.

perduraram. Ainda segundo Jovanna Silva (2021), em 1991 na capital do estado do Rio de Janeiro, o então prefeito, Marcello Alencar, determinou a prisão de travestis em um raio de 12km pela Guarda Municipal. Esse episódio efetivamente nos mostra a continuidade de uma política de segurança pública comprometida com a perseguição a esse segmento populacional, algo também constatado por Céu Cavalcanti, Roberta Barbosa e Pedro Bicalho (2018).

Evelina Dagnino (2004) nos concede bases para pensarmos sobre o autoritarismo como algo que ultrapassa o início ou o fim de um determinado regime político. Embora a chamada Constituição Cidadã houvesse sido promulgada e garantido os direitos fundamentais de toda a população brasileira, no caso das travestis esse fato político não foi o bastante para conter a desumanização instrumentalizada pelo aparato ofensivo do Estado brasileiro.

Somada a essa persistente violência institucional, cabe ressaltar o impacto que o início da epidemia de HIV/AIDS teve na vida das travestis a partir da década de 1980. Diante desse contexto, e em um período em que ações públicas e privadas buscavam criar medidas de prevenção, pesquisadores como Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013, p. 328) posicionam a AIDS como um vetor “catalisador da organização política” da população de travestis.

Sendo assim, o “binômio violência policial/AIDS” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 325) se configura como o detonador (ALONSO, 2009) que leva à fundação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL)⁶, em 15 de maio de 1992 no Rio de Janeiro. Jovanna Baby, Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique du Bavieur e Claudia Pierre France, seis travestis negras, foram as responsáveis pela fundação da ASTRAL, a primeira organização juridicamente registrada de travestis no contexto brasileiro.

⁶ Jovanna Silva (2021, p. 22-23) explica que “a inclusão do termo ‘Liberados’ ocorreu pelo fato de que à época muitas travestis se identificavam como ‘homens’ durante o dia e a noite se ‘montavam’ para se prostituir”.

Conforme os aportes oferecidos por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 15) ao debaterem sobre os limites das democracias latino-americanas frente ao persistente quadro de “violência, pobreza, discriminação e exclusão”, compreendemos que a ação pioneira dessas atrizes se inscreve em um momento no qual os movimentos sociais latino-americanos insurgem criticamente e apresentam “possíveis projetos alternativos” para a região. Como parte desse processo de engajamento sociopolítico em prol dos interesses coletivos da população de travestis no Brasil, outras compreensões de cidadania e de democracia são construídas através das práticas realizadas pelas atrizes.

Figura 1: Fundadoras do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil



Fonte: Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS):
Como nasceu o Movimento de Travestis no Brasil.⁷

⁷ Disponível em: <<http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>>. Acesso em 13 abril 2021.

Visibilidade trans: conclamando protagonismos sociopolíticos

Jovanna Silva (2021) relata que após a realização do 1º Encontro Nacional de Travestis e Liberados em 1993, houve um número crescente de travestis organizadas em seus respectivos estados⁸. Dentre essas organizações, destacamos a Associação de Travestis de Salvador, fundada por Keila Simpson. Hoje, Keila Simpson é a presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a maior rede nacional do Movimento e que conta com organizações filiadas em todas as regiões do país. Ao discutir como a criação da ASTRAL ampliou processos de politização, Thiago Coacci (2018, p. 133) afirma o papel desempenhado por esta primeira organização de travestis no Brasil para a “constituição de outras organizações e na disputa por direitos para a população travesti”.

Ao longo da década de 1990, Thiago Coacci (2018) registra a realização de sete Encontros Nacionais de Travestis e Liberados. Espaços públicos, como os ENTLAIDS (SILVA, 2021), são significativos para os movimentos sociais progressistas tendo em vista que possibilitam a construção de uma agenda nacional debatida e deliberada por atrizes e atores de diferentes contextos do país. Ressaltamos como essas experiências são *per se* político-pedagógicas, afinal, envolvem processos formativos nos quais aprendizagens são construídas de forma coletiva. A título de exemplo, essa dimensão formativa se expressou na tentativa exitosa do Movimento de conseguir financiamentos do Programa Nacional de DST-AIDS para as realizações dos Encontros Nacionais, o que garantiu uma “real nacionalização” (COACCI, 2018, p. 135) desses eventos. Contudo, cabe ressaltar que essas expertises não estavam dadas, logo,

⁸ Segundo Carvalho e Carrara (2013), após a realização do Encontro, estados como Sergipe, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul presenciaram a fundação de organizações sociopolíticas de travestis. Durante os Encontros Nacionais da década de 1990, Kátia Tapety também esteve presente, a primeira travesti negra eleita vereadora no Brasil pelo município de Colônia (PI), em 1992.

decorrem de um autorreconhecimento dessas atrizes como “sujeitos políticos e de políticas” (ARROYO, 2014, p. 15).

Durante esse período compreendido por Coacci (2018) como primeira onda do Movimento, conflitos foram vividos com o até então Movimento Homossexual Brasileiro (FACCHINI, 2003). Segundo as travestis organizadas na década de 1990, ora havia um interesse de escamotear as existências das travestis como criticamente capazes de intervir na sociedade brasileira, ora havia um uso estratégico das suas presenças nas organizações a fim de angariar fundos internacionais direcionados à prevenção da HIV/AIDS no Brasil (CARVALHO; CARRARA, 2013). Entretanto, independentemente das ambivalências vividas, o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais se estabeleceu como um contundente ator coletivo responsável por deliberar os interesses das cidadãs brasileiras travestis e mulheres transexuais.

Figura 2: Fernanda Benvenutty, presidente Luiz Inácio Lula da Silva e primeira-dama Marisa Silva na I Conferência Nacional LGBT em 2008



Fonte: Reprodução/Arquivo.

Na primeira década dos anos 2000, após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que vemos é uma maior permeabilidade (CARLOS, 2011) entre os movimentos sociais progressistas e o Estado brasileiro. Leonardo Avritzer (2016) registra 74 conferências nacionais realizadas durante as duas gestões do presidente Lula. Movimentos sociais heterogêneos construíram as conferências a partir dos respectivos temas, tendo como anseio coletivo apontar determinados caminhos para o trabalho desenvolvido pelo Governo Federal. Inédita até então, a realização da I Conferência Nacional LGBT contou com a presença de lideranças LGBTI+ interessadas em pautar o trabalho do Governo Federal (AGUIÃO, 2018). Entre elas, Fernanda Benvenutty: mulher transexual, negra e nordestina.

Como já ressaltado, aprendizagens foram sendo construídas pelas atrizes durante os Encontros Nacionais. A consolidação de uma práxis político-pedagógica (PASSOS, 2020) responsável por formar centenas de travestis e mulheres transexuais de todo o Brasil foi o que embasou a participação social ativa dessas atrizes na formulação de políticas e campanhas públicas durante a primeira década dos anos 2000, visto que foi através dos ENTLAIDS que questões como “O que é o Estado?” e “O que são políticas públicas?” foram criticamente discutidas.

Figura 3: Campanha “Travesti e respeito: já está na hora de os dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”



Fonte: Ministério da Saúde.⁹

Campanhas como a “Travesti e Respeito”, construída pelas atrizes do Movimento em diálogo com o Ministério da Saúde e lançada em 29 de janeiro de 2004, data que foi reconhecida como Dia da Visibilidade Trans no Brasil, foi uma dessas iniciativas que demonstraram a capacidade do Movimento em estabelecer diálogos estratégicos do ponto de vista político-institucional.

⁹ Disponível em <<https://agenciaaids.com.br/noticia/dia-da-visibilidade-trans-vencedora-do-premio-direitos-humanos-ativista-keila-simpson-afirma-que-a-luta-hoje-pelo-nome-civil>>.

No que concerne às complexas relações entre o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais e a estrutura estatal, Leila Dumaresq (2016, p. 36) tece algumas problematizações ao que conceitua como “fetiche da subsistência”. Na visão da pesquisadora transfeminista, o Movimento precisa estar atento aos mecanismos de controle que envolvem o estabelecimento dessas negociações. Igualmente existem leituras que posicionam não apenas as travestis e mulheres transexuais, mas todo o Movimento LGBTI+ como governistas ou facilmente influenciáveis em decorrência de relações clientelistas. A esse respeito, Cleyton Feitosa (2017, p. 66) pondera que:

Talvez essa relação próxima entre Estado e sociedade civil (não sem tensões, diga-se de passagem) motivou algumas leituras –, sobretudo aquelas mais influenciadas pela teoria queer – que apontam o Movimento LGBT brasileiro como sendo governista. Tal ‘acusação’, sem uma análise mais cuidadosa do contexto histórico e dos fatores macropolíticos, acarreta em uma leitura restrita e em alguns casos até injusta, pois algumas acusações focam mais nas figuras dos militantes (e em suas posturas e escolhas) e menos nas armadilhas impostas pelo projeto político neoliberal.

Filiando-se a uma perspectiva educacional crítica, acreditamos que as experiências construídas, em suas contradições e ambivalências, foram essenciais para o amadurecimento do Movimento e de seus quadros políticos. Especialmente entre 2010 e 2020, período em que Coacci (2018) propõe uma terceira onda de movimentações trans abalada por turbulências, é possível identificar como essas mesmas turbulências ratificaram a importância das travestis e mulheres transexuais ocuparem por si mesmas a institucionalidade política. Assim, nos soa mais adequado analisar a relação entre o Movimento LGBTI+ e o Estado brasileiro na chave apresentada por Cláudia Vianna (2015, p. 800): de “perdas, ganhos e desafios futuros” permanentes.

Figura 4: Keila Simpson recebe o Prêmio Direitos Humanos em 2014, com a presença da presidenta Dilma Rousseff e de outras/os parlamentares¹⁰



Fonte: Agência AIDS.

É durante a terceira onda, período em que os movimentos antigênero (VIANNA; BORTOLINI, 2020) avançam no Brasil, que presenciamos o crescimento de candidaturas trans, especialmente de travestis e mulheres transexuais. Essas “candidaturas assumidamente LGBT” (SANTOS, 2016, p. 61) passam a crescer a partir de 2012, um ano após o veto da presidenta Dilma Rousseff ao Kit Escola Sem Homofobia em decorrência das pressões neoconservadoras.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais vem contabilizando as candidaturas trans desde 2016¹¹. Nessa eleição de 2016, decisiva do ponto de vista político, consta no site da associação que as candidaturas trans foram uma resposta à

¹⁰ Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/dia-da-visibilidade-trans-vencedora-do-premio-direitos-humanos-ativista-keila-simpson-afirma-que-a-luta-hoje-e-pelo-nome-civil>. Acesso em 13 abril 2021.

¹¹ Disponível em: <https://antrabrazil.org/candidaturas>. Acesso em 13 abril 2021.

transfobia¹². Em 2018, contando com a possibilidade de utilizar o nome social no registro das candidaturas, 53 candidaturas foram contabilizadas, sendo três dessas exitosas: Erica Malunguinho (SP) foi nominalmente eleita como deputada, já Erika Hilton (SP) e Robeyoncé Lima (PE) foram eleitas como co-deputadas em um novo formato chamado “mandatos coletivos”.

Continuamente referenciando o pioneirismo político de Kátia Tapety e de sua trajetória eleitoral como vereadora (1992-1996-2000) e vice-prefeita (2004) em Colônia (PI), as casas legislativas brasileiras passam a ser inquiridas pelos projetos políticos das travestis e mulheres transexuais negras eleitas. Projetos construídos entre as interfaces das agendas do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais e do Movimento Negro, imbricando de forma interseccional as dimensões de identidade de gênero e raça em seus discursos e propostas político-eleitorais.

Figura 5: Robeyoncé Lima, Erika Hilton e Erica Malunguinho. A presença de travestis e mulheres trans negras na institucionalidade política¹³



Fonte: Revista Azmina.

¹² Disponível em: <https://antrabrazil.org/eleicoes2016>. Acesso em 13 abril 2021.

¹³ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-politica-pelo-direito-de-viver-primeiras-deputadas-trans-do-brasil-falam-sobre-seus-mandatos/>. Acesso em 13 abril 2021.

Mesmo que os posicionamentos de outras/os deputadas/os intentem atribuir às parlamentares o lugar de *outsider*, em diálogo com Patricia Hill Collins (2016) e bell hooks (2020), defendemos que essas atrizes estão desenvolvendo um olhar epistêmico privilegiado que compreende e atravessa a margem e o centro, ao acompanharem de perto as articulações neoconservadoras nos parlamentos brasileiros. Nesse sentido, o mesmo país que assassinou 175 travestis e mulheres transexuais em 2020 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), testemunhou 294 candidaturas trans no pleito eleitoral de 2020, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹⁴. O resultado final foi igualmente contundente: mais de 30 pessoas trans foram eleitas em 2020.

Dentre as vereadoras travestis e mulheres transexuais negras eleitas, destacamos Erika Hilton (PSOL) na Câmara Municipal de São Paulo/SP, Benny Briolly (PSOL) na Câmara Municipal de Niterói/RJ e Lins Robalo (PT) na Câmara Municipal de São Borja/RS. Quando buscamos historicizar o protagonismo sociopolítico das travestis e mulheres transexuais negras no Brasil, as resistências diante da ditadura civil-militar, a fundação da ASTRAL, a participação nos desdobramentos político-institucionais na primeira década dos anos 2000 e as vitórias eleitorais de 2018 e 2020 se emaranham (CORRIJO et al., 2019), algo também apontado por Bruna Benevides e Sayonara Nogueira:

Ao contrário da abordagem que se popularizou nessas eleições, não entendemos como um fenômeno o aumento da representação de pessoas trans na política. Aquilo a que assistíamos é a consolidação de um projeto político organizado e iniciado pelas travestis Jovanna Baby, Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique do Bavieur e Cláudia Pierry France, em sua maioria negras, analfabetas, nordestinas e prostitutas [...] Todas as pessoas trans eleitas, em cargos de representação, ocupando espaços de poder e de decisões, são frutos dessa história, contribuindo e sendo diretamente beneficiadas por uma luta de transformação da história política e social do país (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 87).

¹⁴ Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020>. Acesso em 13 abril 2021.

Em 2022, comemoramos 30 anos da oficialização jurídica da ASTRAL, fundada 13 anos após a experiência de Jovanna Baby em Vitória no ano de 1979. Então, durante esses 43 anos a máxima anunciada perenemente pelas travestis e mulheres transexuais negras é a de que a despeito da transfobia e do racismo, elas possuem “interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” (TELLES, 2004, p. 91-92). Portanto, ainda que inicialmente um certo ineditismo possa ter sido atribuído às vitórias eleitorais de 2018 e 2020, mostra-se perceptível que diante da constante tentativa de posicioná-las para fora das linhas abissais (SANTOS, 2007) que delimitam o *status* de cidadão, ou mesmo o *status* ontológico de ser humano, coube à população de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil gestar meios que tornassem possível a afirmação coletiva de uma cidadania crítico-reflexiva (PASSOS, 2020), capaz de desafiar as colonialidades, ao passo em que anunciam um outro projeto de país.

Considerações provisórias

Buscamos nos limites deste artigo lançar alguns caminhos interpretativos sobre a agência sociopolítica da população de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. Correspondendo ao período de 1979 a 2020, entre perseguições, afirmações, protagonismos e resistências, essas atrizes estão se movendo rumo à autodefinição política, passos já percorridos por outras mulheres negras (CARNEIRO, 2003).

Se opondo a um ocultamento que persiste, foi evidenciado como as disputas protagonizadas por essas atrizes não se iniciam com as vitórias eleitorais na segunda década dos anos 2000. Pelo contrário, é possível identificar que as travestis e mulheres transexuais negras estão atuando há mais de quatro décadas neste país à luz de seus interesses coletivos.

Ainda que a perspectiva prática da interseccionalidade seja um desafio diante da realidade brasileira, sendo a persistente invisibilidade das travestis e mulheres

transexuais negras no interior do Movimento Negro no Brasil (OLIVEIRA, 2018) um dos maiores desafios, finalizaremos o presente texto pontuando a potencialidade de uma práxis que compreenda, se oponha publicamente e lute pelo fim dos genocídios vigentes no território brasileiro: o da juventude negra e o da juventude trans, expressos nas mortes anuais de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil.

Esperamos que mais pesquisas busquem esmiuçar os emaranhados (CORRIJO et al., 2019) apresentados pela agência sociopolítica das travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. Esse investimento representaria não apenas um avanço para o próprio *field* de estudos sobre o Movimento LGBTI+ brasileiro, como também iria contribuir para uma compreensão mais plural do que significa a mobilização negra na América Latina (PASCHEL, 2018). Este desafio teórico-político é, também, interseccional.

Referências

- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, Sonia. E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia. E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ANDREWS, George. R.; FUENTE, Alejandro de la (Org.). **Estudos afro-latinoamericanos: uma introdução.** Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze.; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31 n. 1, p. 15-24, jan./abr., 2016.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 315-348, 2011.

- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.
- CARVALHO, Marina Vieira de. Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902. **‘Usos do passado’ – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006.
- CARVALHO, Mario L.; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 319-351, ago., 2013.
- CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. SPE2, p. 175-191, 2018.
- COACCI, Thiago. **Conhecimento Precário e Conhecimento Contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. 2018. 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S. l], v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- CORRIJO, Gilson Goulart et al. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-14, 2019.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stan. L. Rev.**, v. 43, p. 1241, 1990.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os Anos 90: política e sociedade**. 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. p. 103-118.
- DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática. In: DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto J; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 13-75.
- DUMARESQ, Leila. Transfeminismo: contradição na opressão. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, 2013. p. 29-43.
- FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 83-125, 2003.
- FEITOSA, Cleyton. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2017.
- FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama para um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFÓGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 203-223.
- GARCIA, Carla Cristina. A pedagogia transgressora e os estudos queer: aproximações. In: GARCIA, Carla Cristina. **O rosa, o azul e as mil cores do arco-íris: gêneros, corpos e sexualidades na formação docente**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 85-99.
- GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fabio Mariano da; SANCHEZ, Marcelo Hailer Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 321-341, maio/ago., 2020.
- GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: RIOS, Flavia; Márcia Lima (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 112-126.

- GURIDY, Frank. A.; HOOKER, Juliet. Tendências do pensamento político e social afro-latino-americano. In: ANDREWS, G. R.; FUENTE, A. de la (Org.). **Estudos afro-latinoamericanos: uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 219-269.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.
- JESUS, Jaqueline Goomes de. Xica Manicongo: A Transgeneridade Toma A Palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro (RJ), v. 3, n. 1, p. 250-260, jan./abr. 2019.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101. jul./dez. 2008.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, mar./maio. p. 240-270. 2007.
- OCANHA, Rafael Freitas. Travestis paulistanas na mira da Polícia Civil: a prática da Contravenção Penal de Vadiagem (1976-1977). In: **Anais do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-SP**, Assis-SP, 2016. p. 1-13.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR**, n. 28, v. 15, 2018.
- PASCHEL, Tianna S. Repensando a mobilização negra na América Latina. In: ANDREWS, George R; FUENTE, Alejandro de la (Orgs.). **Estudos afro-latinoamericanos: uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 270-313.
- PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades**. 105 f. il. foto color TCC (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
- QUINALHA, Renan H. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017 Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- REIS, Vilma. Importância da ocupação política liderada pelas mulheres negras. In: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (Org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras e Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 140-146.
- RODRIGUES, Ana Flor Fernandes. Quem não quer as travestis nas escolas? Uma volta até a ditadura militar no Brasil. **Revista Semana Pedagógica**, Recife, v. 1, n. 1, p. 198-200. 2019.
- RODRIGUES, Jorge Caê. Impressões de identidade: os caminhos da imprensa gay nacional. In: COSTA, Horácio et. al. (Org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2010. p. 403-412.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 23, p. 58-96, 2016.
- SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Picos, 2021.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SOUZA, Renata. Femicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 119-133, 2020.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os Anos 90: política e sociedade**. 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. p. 91-103.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios I. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 791-806, 2015.
- VIANNA, Cláudia Pereira; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. 1-25, 2020.

Between nonexistences and visibilities:
the sociopolitical agency of black travestis and black trans women in Brazil
(1979 – 2020)

Abstract: The goal of this article is to reflect on the sociopolitical disputes carried out by Black *travestis* and Black transsexual women in Brazil from 1979 to 2020. Although Brazil is the country with the highest rates of murder and violence against trans people, with approximately 80% of these murders being committed against Black *travestis* and Black transsexual women, we witnessed the electoral victories of more than 30 trans politicians in the 2020 legislative elections. In a moment when Latin America witnesses transnational neoconservative articulations gaining traction, researchers from our region are tasked with understanding the sociopolitical journey that has resulted in the trans population of Brazil being elected for public office. From a qualitative perspective, the methodology used in this paper was a literature review followed by a documentary analysis. By identifying different moments in which these actors experienced forms of social participation and sociopolitical engagement, it was observed that these participation strategies and disputes have been continuously developed for more than four decades. Thus, this article uncovers the inexistences and invisibilities ascribed to Brazilian Black *travestis* and Black transsexual women, and, at the same time, it brings visibility to the alternative political projects that have emerged from the sociopolitical practices carried out by them.

Key-words: *Travestis* and transsexual women; Blackness; Social movements; LGBTI+ citizenship.

Recebido: 30/04/2021

Aceito: 27/10/2021